

ECOVIVÊNCIAS EM SAÚDE

KELLEN CRIZEL DA ROCHA¹; RAFAEL DA CUNHA RIBEIRO²; VALENTINA SIQUEIRA RODRIGUES³; ISABELA BARREIRO AGOSTINI⁴; JULIANA DOS SANTOS VAZ⁵; ANGELA MOREIRA VITÓRIA⁶

¹*Universidade Federal de Pelotas – kellen.med@outlook.com*

²*Universidade Federal de Pelotas – rafaelribeirocunha82@gmail.com*

³*Universidade Federal de Pelotas - valentina.s.rodrigues@hotmail.com*

⁴*Universidade Federal de Pelotas - isabelabagostini@gmail.com*

⁵*Universidade Federal de Pelotas - juliana.vaz@gmail.com*

⁶*Universidade Federal de Pelotas - angela.vitoria@ufpel.edu.br*

1. INTRODUÇÃO

Segundo o Decreto nº6.323, de 27 de dezembro de 2007 que regulamenta a Lei nº10.831, de 23 de dezembro de 2003 (mais conhecida como Lei dos Orgânicos), a agricultura orgânica tem, dentro de suas diretrizes, o compromisso de contribuir com o desenvolvimento local, social e econômico de maneira sustentável, além de ofertar produtos saudáveis, isentos de contaminantes, e que não prejudiquem a saúde do produtor, trabalhador e consumidor (BRASIL, 2007). Ainda assim, a produção orgânica não é isenta da exposição aos agrotóxicos. O Brasil é um dos países que mais utilizam pesticidas na atividade agrícola, juntamente com a China e os Estados Unidos, e esses produtos são aplicados principalmente nas monoculturas de soja, milho, algodão, pastagens e cana-de-açúcar, grande parte destinada à exportação. Levando em consideração o fato de que os agrotóxicos contaminam o ambiente em geral, impregnando o solo, as águas, e se disseminando com o vento e as chuvas, aliada à fragilidade das políticas para incentivo e financiamento da produção orgânica 63% dos alimentos que chegam à mesa do brasileiro contém resíduos desses compostos, que podem causar prejuízos à saúde (GABOARDI, 2022).

Visando minimizar esse prejuízo, em 2001 foi criado o Programa de Análise de Resíduos de Agrotóxicos em Alimentos (PARA), coordenado pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), cuja finalidade é a determinação de resíduos de agrotóxicos em produtos de origem vegetal comercializados no Brasil e a caracterização dos mesmos a partir dos Limites Máximos de Resíduos (LMR) (BRASIL, 2019). Apesar da tentativa de regularização imposta pela ANVISA, sabe-se que a exposição aos agrotóxicos está relacionada com o desenvolvimento de diversos problemas de saúde, e pouco se sabe sobre a bioacumulação desses produtos no organismo - em outras palavras, não se tem certeza da segurança dos LMR a longo prazo. Como consequência dessa exposição, pode-se citar exemplos como a infertilidade, abortos, neurotoxicidade, comprometimento imunológico e diversos tipos de câncer. (DUTRA et. al., 2020)

No trabalho de DUTRA et al. (2020) foi investigada a relação entre o uso de agrotóxicos e a mortalidade por câncer em regiões de monocultura, evidenciando que há um aumento dessas taxas nas localidades estudadas. Os resultados concordam com o trabalho de PEREIRA et al. (2017), que, através de uma revisão bibliográfica, verificou um aumento no desenvolvimento de câncer que pode ser consequência do uso indiscriminado de pesticidas. Seria adequado, portanto, que os profissionais da saúde tivessem contato com esses conceitos na graduação a fim de

orientar melhor seus pacientes no futuro e fomentar discussões que gerem mais estudos, a fim de entender melhor essa problemática.

A saúde da população rural difere da saúde da população urbana. Segundo GUSSO et al. (2018), aspectos como frequência dos problemas de saúde, exposições a riscos, indicadores de saúde e aspectos culturais da vivência do processo saúde-doença, por exemplo, não apresentam-se de forma igualitária entre esses dois grupos. O trabalhador rural, especificamente, está exposto à condições de trabalho que o colocam em risco - por exemplo, o trabalho na lavoura aumenta a chance de acidentes com animais, acidentes com instrumentos pesados de trabalho, exposição a ruídos, vibrações, radiações solares, partículas inaláveis e à microorganismos patógenos e parasitas (MENEGAT e FONTANA, 2010). Não obstante, ainda há as implicações do emprego de agrotóxicos. (VIERO et al., 2016) Essa visão é tão relevante para os futuros trabalhadores do sistema de saúde quanto a valorização da agricultura orgânica.

O projeto "Ecovivências em Saúde" foi idealizado por docentes dos cursos de Medicina e Nutrição cujo objetivo consiste em proporcionar aos acadêmicos vivência da atividade rural e fomentar discussões sobre agroecologia, saúde, ambiente e sociedade. Nesta vivência, os estudantes podem conhecer na prática a produção do alimento orgânico e seu impacto na natureza e na saúde, como também as condições de trabalho de um agricultor familiar. O objetivo deste trabalho foi relatar as atividades de vivências e os resultados na primeira edição do projeto.

2. METODOLOGIA

A "Ecovivências em Saúde" ocorre a partir de um acampamento em uma propriedade rural da região de Pelotas. Ao longo desses dias, os estudantes participam de algumas atividades da rotina dos produtores, tais como colheita e poda de árvores.

Na primeira edição, o projeto foi divulgado por meio das redes sociais com inscrição aberta a todos estudantes da UFPel. As inscrições ocorreram por preenchimento de formulário on-line onde, além de dados de identificação, os interessados responderam sobre a motivação para participar do projeto e o conhecimento sobre agroecologia e alimentação orgânica. Todos os inscritos foram convidados a participar de um encontro presencial com os docentes em dia pré-estabelecido na Faculdade de Medicina para detalhamento da proposta. A seleção final ocorreu por sorteio presencial realizado neste mesmo dia.

Para estimular o debate, os estudantes selecionados receberam textos para leitura prévia ao acampamento. Previamente a viagem, encontros remotos foram realizados para organizar a logística, materiais e mantimentos necessários para o acampamento. Ao final do projeto, os estudantes responderam novamente a um segundo formulário para a conclusão da atividade.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

O acampamento (Figura 1) foi realizado nos dias 08, 09 e 10 de abril de 2022 na propriedade Vida na Terra, localizada no 1º distrito do município de Canguçu. O produtor rural recebeu os estudantes, relatou sua história de vida, o funcionamento geral da propriedade e o envolvimento de sua família nas atividades. No primeiro dia de atividade prática, houve visita guiada na agroindústria da propriedade, com descrição de cada etapa de preparo dos sucos e geléias, assim como obtenção de

fomento e comercialização dos produtos na merenda escolar, feiras e armazéns. Posteriormente, o proprietário proporcionou uma visitação geral na propriedade mostrando pontos importantes da produção. Entre as atividades práticas proporcionadas ao longo da estadia foram a poda de árvores frutíferas e colheita de goiabas.



Figura 1: Acampamento da primeira edição do projeto.

Nos intervalos entre as atividades práticas, os proprietários juntamente com os professores e estudantes debateram sobre a importância dos alimentos orgânicos, seus benefícios à saúde e a responsabilidade social dos agricultores familiares que trabalham com produtos orgânicos. Com a vivência e observação das atividades rurais, os estudantes levantaram o debate sobre a saúde do trabalhador rural. Foi salientado pelos produtores que em período de safra, os trabalhadores rurais são mais expostos ao calor, aumenta a carga de trabalho físico e, por se tratar de uma produção familiar, a mão de obra é insuficiente para toda a demanda de trabalho.

Além das discussões teóricas, os estudantes debateram a convivência em grupo proporcionada pelo projeto. A pandemia do coronavírus, a implantação do ensino remoto e o distanciamento social, os alunos foram privados do contato com outros colegas. Houve uma confraternização entre universitários de vários períodos e de dois cursos diferentes, possibilitando a criação de laços que podem favorecer o trabalho em equipe nos serviços de saúde.

Após dois meses da realização do projeto, os estudantes responderam a um formulário com cinco perguntas: 1) Qual a memória que havia ficado do projeto, 2) Qual a contribuição que o projeto trouxe para a vida pessoal, 3) Qual a contribuição para a vida profissional, 4) Houve mudança na percepção sobre a alimentação orgânica, e 5) Houve mudança na percepção das particularidades da saúde do trabalhador rural. Os participantes mantiveram uma lembrança viva das atividades realizadas, especialmente as rodas de conversa, os relatos dos agricultores e seus ensinamentos sobre agroecologia. Além disso, relataram que passaram a questionar a origem dos alimentos que consomem e a frequentar mais feiras de comerciantes e produtores locais.

Outra mudança de pensamento foi relacionada à vida profissional. Alguns estudantes relataram que após a experiência e as trocas de conhecimento entre si, se sentem muito mais capacitados a promover saúde, transmitir melhor o conhecimento a respeito dos alimentos orgânicos e a importância da alimentação saudável. Ficaram nítidas as dificuldades que os produtores rurais têm de acessar os serviços de saúde e o quanto eles se expõem a fatores de risco para diversas patologias; com isso, os estudantes entenderam a importância de políticas de saúde voltadas para as localidades mais afastadas do centro urbano e os aspectos que devem considerar no manejo dessa população. Essas respostas contrastam com as

do formulário de inscrição, no qual a maioria nada ou pouco sabia sobre essa temática.

4. CONCLUSÕES

O projeto Ecovivências em Saúde foi capaz de promover uma percepção mais ampla de uma realidade que é distante do contexto de vida para a maioria dos estudantes universitários. Esta experiência é importante para estudantes da área da saúde que atuarão num país como o Brasil, no qual a atividade rural é muito presente. Ademais, houve uma promoção da valorização da agricultura familiar e ecológica, e espera-se que, no futuro, se desenvolvam mais projetos com esse intuito, tanto na perspectiva da vivência e do ensino como do despertar de perguntas de pesquisa voltadas aos interesses dos produtores orgânicos.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Decreto nº6.323, de 27 de dezembro de 2007. Regulamenta a Lei nº 10.831, de 23 de dezembro de 2003, que dispõe sobre a agricultura orgânica, e dá outras providências. Disponível em <[Decreto Nº 06.323 de 27 de Dezembro de 2007.pdf](https://www.gov.br/_abrelink/Decreto_Nº_06.323_de_27_de_Dezembro_de_2007.pdf)> — Português (Brasil) (www.gov.br). Acesso em 12 de jul. de 2022.

BRASIL. ANVISA. **Programa de Análise de Resíduos de Agrotóxicos em Alimentos - PARA.** Brasília, 2019. Disponível em <[Microsoft Word - Relatório PARA 2017-2018_final](https://www.gov.br/_abrelink/Microsoft_Word - Relatório PARA 2017-2018_final.docx)>. (www.gov.br). Acesso em 07 de ago. de 2022.

DUTRA, L. S. et. al. Uso de agrotóxicos e mortalidade por câncer em regiões de monoculturas. **Saúde Debate**, Rio de Janeiro, v. 44, n. 127, p. 1018-1035, 2020. Disponível em <[3669.indd](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-50532020000100007&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt)> (scielo.br). Acesso em 06 de ago. de 2022.

GUSSO, G. LOPES, J. DIAS, L. **Tratado de medicina de família e comunidade: princípios, formação e prática.** Porto Alegre: ArtMed, 2018. Acessado em 12 de jul. de 2022. Disponível em <<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788582715369>>.

GABOARDI, S. C. et al. Resíduos de agrotóxicos em alimentos no Brasil: Considerações acerca do monitoramento do PARA (2001 - 2018). **Ambientes**, Francisco Beltrão, v. 4, n. 1, p. 160-200, 2022. Disponível em <[Vista do Resíduos de agrotóxicos em alimentos no Brasil: Considerações acerca do monitoramento do PARA \(2001-2018\)](https://www.unioeste.br/periodicos/index.php/ambientes/article/view/160)> (unioeste.br). Acesso em 06 de ago. de 2022.

MENEGAT, R. P., FONTANA, R. T. Condições de trabalho do trabalhador rural e sua interface com o risco de adoecimento. **Ciência, Cuidado e Saúde**, Maringá, v. 9, n. 1, p. 52-29, 2010. Disponível em <[Vista do Condições de trabalho do trabalhador rural e sua interface com o risco de adoecimento](https://www.uem.br/cienccuidsaude.v9i1.7810)> - doi: 10.4025/cienccuidsaude.v9i1.7810 (uem.br). Acesso em 06 de ago. de 2022.

PEREIRA, V. G. M. et al. A relação entre o uso de agrotóxicos e o aumento do índice de câncer no Brasil. **Revista Gestão em Foco**, Jardim das Palmeiras, ed. 9, p. 164-170, 2017. Disponível em <[028 relacao agrotoxicos aumento_cancer_brasil.pdf](https://www.unisepo.com.br/_abrelink/028_relacao_agrotoxicos_aumento_cancer_brasil.pdf)> (unisepo.com.br). Acesso em 06 de ago. de 2022.